



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO



RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS

TIPO DE AUDITORIA : AUDITORIA DE GESTÃO
EXERCÍCIO : 2009
PROCESSO Nº : 00225000408/2010-27
UNIDADE AUDITADA : CEAGESP
CÓDIGO UG : 225001
CIDADE : SAO PAULO
RELATÓRIO Nº : 246698
UCI EXECUTORA : 170152

Chefe da CGU-Regional/SP,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 246698, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado pela CIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER. DE S. PAULO

I - INTRODUÇÃO

2. Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 05/04/2010 a 30/04/2010, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Entidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

II - RESULTADO DOS TRABALHOS

3. Verificamos no Processo de Contas da Entidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-57/2008 e pelas DN-TCU-102/2009 e 103/2010.

4. Em acordo com o que estabelece o Anexo IV da DN-TCU-102/2009, e em face dos exames realizados, efetuamos as seguintes análises:

4.1 ITEM 01 - AVAL RESULTADOS QUANTI/QUALI GESTÃO

Especificamente com relação aos Programas de Governo, a Entidade insere-se apenas no Programa 0807 - Investimento das Empresas Estatais

em Infra-Estrutura de Apoio, que tem por objetivo: Dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional.

Conforme análise, verificou-se baixa representatividade desse Programa no orçamento global da empresa, 7,77%, se considerarmos a reprogramação efetuada, 0,83%; e, quando se considera o valor dos pagamentos efetuados, 0,48%.
 Não há indicadores explicitamente definidos para o Programa/ação.

Ceagesp					
Programa 0807 - Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio					
Ação 4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento.					
Meta	Previsão (mil R\$)	Execução (mil R\$)	Execução / Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências adotadas
Física	Não há	Não há	Não há	Recursos arrestados/ sequestrados pelo Poder Judiciário para garantir eventuais execuções por conta de ações trabalhistas diversas	Busca de recursos para capitalização da empresa.
Financeira	500,00 (Orçamento inicial) 100,00 (orçamento reprogramado)	51,26	10,25 51,26		

Ceagesp					
Programa 0807 - Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio					
Ação 4105 - Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional.					
Meta	Previsão (mil R\$)	Execução (mil R\$)	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências adotadas
Física	Não há	Não há	Não há	Recursos arrestados/ sequestrados pelo Poder Judiciário para garantir eventuais execuções por conta de ações trabalhistas diversas	Busca de recursos para capitalização da empresa.
Financeira	8.571,00 (Orçamento inicial) 927,00 (orçamento reprogramado)	517,05	6,03 55,78		

Efetivamente, a manutenção de recursos financeiros da empresa vinculados à execução de ações trabalhistas traz dificuldades para

[Handwritten signatures and initials]

manutenção da empresa, decorrendo em risco de sucateamento da empresa. Há necessidade de se efetivar a capitalização da empresa com a cobrança de ressarcimentos devidos pelo Governo do Estado e, como medida mais expedita, com aportes do Governo Federal.

De uma maneira mais global, a Demonstração de Resultados do Exercício registra um prejuízo de R\$ 9.238 mil (prejuízo de R\$ 6.122 mil, no exercício anterior). A análise dessa demonstração indica que o resultado negativo deve-se, principalmente, ao aumento do Custo dos serviços prestados e produtos vendidos, de R\$ 44,44 milhões para \$ 48,99 milhões; e ao aumento de despesas gerais e administrativas, de R\$ 18,68 milhões para R\$ 23,62 milhões. Outra causa do prejuízo que merece ser destacada é o registro de despesas financeiras, devidas em grande parte pelo não pagamento de IPTU e Confins pela empresa em exercícios anteriores. Comparando-se os orçamentos realizados nos exercícios de 2008 e 2009 percebe-se variações em: Serviços de terceiros, de R\$ 38,33 milhões para R\$ 44,47 milhões, aumento de 16%; e Tributos e encargos, de R\$ 6,48 milhões para R\$ 12,7 milhões, aumento de 96%. No Relatório de Gestão não se verificou análise ou avaliação sobre o aumento dessas despesas.

4.2 ITEM 02 - AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE GESTÃO

Do elenco de indicadores relacionados pela Entidade no item 3.7.5 da Parte II do Relatório de Gestão apenas dois dos 26 indicadores têm relação com as Ações Governamentais (4103 e 4105): 1) Execução do Orçamento (%) e de Investimentos (R\$).

Os indicadores são mensuráveis, porém foram apontadas restrições quanto à utilidade dos indicadores para os gestores e a suas fórmulas de cálculo.

Quanto aos demais indicadores de desempenho da Empresa, nota-se que são estáticos, representam a situação da empresa em um período anual, o que demonstra pouca utilidade dos indicadores elencados, posto que não monitoram as atividades e nem auxiliam na tomada de decisões dos gestores.

Nome do Indicador	Descrição do indicador	Fórmula do Indicador	É útil ao gestor?	É mensurável?
Execução do Orçamento (%)	Em cada exercício a empresa remete o orçamento para aprovação do DEST (previsto) e busca executá-lo conforme valores aprovados, realizando o monitoramento dos valores de cada rubrica de receitas e despesas.	Orçamento anual previsto / orçamento anual executado	Não	Sim

REGIONAL
 Fls. 233
 SÃO PAULO

Nome do Indicador	Descrição do indicador	Fórmula do Indicador	É útil ao gestor?	É mensurável?
Valor de Investimentos (R\$)	Valor global de despesas com, investimentos (aquisição, reforma, etc) previstas no orçamento anual.	Valor total dos investimentos previstos no exercício / valor total dos investimentos realizados no exercício anterior (%)	Não	Sim

Foram analisados dois indicadores utilizados na Entidade apresentados no Relatório de Gestão. Constatamos que os referidos indicadores atendem ao critério de mensurabilidade, porém não atendem ao critério de utilidade.

Concluimos que os indicadores existentes não são suficientes para a tomada de decisões gerenciais, havendo necessidade de criação de novos indicadores que atendam os seguintes aspectos: validade, utilidade e periodicidade.

4.3 ITEM 03 - AVAL. FUNCIONAMENTO SIST. CI DA UJ

a. Ambiente de Controle:

a.1 A Entidade dispõe de um Código de Ética Vigente e uma Comissão de Ética composta de três membros efetivos e três suplentes, e uma secretaria-executiva.

a.2 A Entidade também proporciona programas de capacitação aos empregados, entretanto, nos exames realizados com relação à ocupação de cargos de confiança, os Gestores apontaram a dificuldade de preenchimento/substituição de alguns cargos devido à falta de funcionários concursados com as qualificações necessárias.

b. Avaliação de risco:

b.1 Quanto ao planejamento estratégico, desde a sua federalização em 1997, a empresa faz parte do PND - Programa Nacional de Desestatização do Governo Federal. Isso trouxe dificuldades no planejamento de médio e longo prazo devido à imposição de restrições a empresa: restrição legal de aporte de capital e limitação na alienação de imóveis não operacionais, além da necessidade de aprovação do DEST - Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais do Plano de Cargos e Salários, por exemplo. Outro fator que tem prejudicado o planejamento é a ausência de ressarcimento por parte do Governo do Estado de São Paulo de dívidas trabalhistas, previsto no acordo de federalização da Entidade.

b.2 Os Administradores têm procurado diagnosticar eventos (externos e internos) que podem afetar a Entidade, porém têm esbarrado nas várias limitações apontadas.

c. Comunicação e informação:

c.1 Apesar dos diversos meios de comunicação citados pela empresa para disseminação das diretrizes e valores da organização (item 2.7 da Parte II do Relatório de Gestão), também é destacada a fragilidade do sistema de informações da empresa (item 3.2.4.4 da Parte II). As deficiências constatadas no Planejamento da área de Tecnologia de Informação determinam a necessidade de ação mais aprofundada no planejamento da área que vem sendo obstaculizada pela falta de

Handwritten signatures and initials.

recursos financeiros.

d. Monitoramento:

d.1 A empresa apresenta fragilidades na monitoração de seus processos. Isso pôde ser observado no acompanhamento do Plano de Providências referente ao Relatório de Auditoria do Exercício de 2008. A maior parte das providências propostas falhava na definição clara da ação a ser executada, de seus pontos de controle e prazos de implementação. A renitência de problemas apontados há vários exercícios e que não são solucionados pela empresa apontam a necessidade de melhorias no controle interno de modo que ações efetivas e tempestivas sejam tomadas pela Administração.

4.4 ITEM 04 - AVAL. SITUAÇÃO TRANSF. CONC. /RECEB.

No exercício de 2009 não se verificaram transferências recebidas na Entidade.

Transferências concedidas pela Entidade:

Quantidade de Transferências no exercício	Montante (R\$)	% Qtd Auditado	% Valor auditado
1	216.000,00	100	100

Quadro IV.A.1:

Código e identificação SIAFI	Observância aos art. 11 e 25 da Lei Complementar nº 101/2000	Atos e fatos que prejudicaram o desempenho	Providências adotadas
Contrato nº 082/06 999 0802 21 100 01 01 (Concedente)	Não se aplica	Prestação de Contas não permite avaliar se a entidade utiliza adequadamente os recursos recebidos. A entidade deixou de esclarecer a adequação do Convênio nº 082/06 (Nossa Turma) à IN-01/97, ou apresentar legislação alternativa a qual o mesmo pudesse adaptar-se. Restrição à competitividade devido à cláusula do edital referente ao Chamamento Público nº 001/2009.	
562867 (Conveniente)	Não se aplica	Restrição à competitividade devido à cláusula do edital referente à Concorrência nº 028/2006.	

Na realização da auditoria foram indicadas as seguintes constatações:

a) Transferências Concedidas:

a.1) Prestação de Contas não permite avaliar se a entidade utiliza adequadamente os recursos recebidos;
 a.2) A entidade deixou de esclarecer a adequação do Convênio nº 082/06 (Nossa Turma) à IN-01/97, ou apresentar legislação alternativa a qual o mesmo pudesse adaptar-se; e
 a.3) Restrição à competitividade devido à cláusula do edital referente ao Chamamento Público nº 001/2009.
 b) Transferências recebidas: Restrição à competitividade devido à cláusula do edital referente à Concorrência nº 028/2006 (recursos recebidos em exercícios anteriores e vigência do Convênio encerrada em fevereiro de 2009).

4.5 ITEM 05 - AVAL. REGULAR. PROC. LICITAT. DA UJ

Tabela resumo de licitações:

Tipo de Aquisição de bens/serviços	Valor em 2009 (R\$)	% sobre o total	Montante auditado (R\$)	% recursos auditados
Dispensa	803.437,44	1,0%		
Inexigibilidade	1.956.132,00	2,4%	1.505.000,00	76,9%
Convite	66.742,00	0,1%		
Tomada de Preços	3.912.264,00	4,7%		
Concorrência	8.627.965,44	10,4%		
Pregão Presencial	64.193.613,68	77,6%	6.834.143,38	10,6%
Pregão Eletrônico	3.170.123,05	3,8%	2.211.439,15	69,8%
Total	82.730.277,61	100,0%	10.550.582,53	12,8%

Tabela resumo de análises:

Num. Licit.	Contratada	Valor (R\$)	Oport. e Conv.	Modalid.	Fund. Dispensa	Fund. Inexig.
111/08	Vivo S.A	16.920,00	Adequada	Devida	Não se aplica	Não se Aplica
052/08	Vanguarda	842.725,28	Adequada	Devida	Não se aplica	Não se Aplica
105/08	Fiat, Ford e Renault	131.545,00	Adequada	Devida	Não se aplica	Não se Aplica
017/09	Unimed	1.230.840,00	Adequada	Devida	Não se aplica	Não se Aplica
019/09	Sodexo	4.043.808,00	Adequada	Devida	Não se aplica	Não se Aplica
023/09	Allianz	1.296.715,80	Adequada	Devida	Não se aplica	Não se Aplica
047/09	MBX Comercial	77.247,99	Adequada	Devida	Não se aplica	Não se Aplica
124/08	Aquafort	140.414,87	Adequada	Devida	Não se aplica	Não se Aplica

[Handwritten signature]

REGIONAL - SÃO PAULO
 Fls. 241
 09/09/09

Num. Licit.	Contratada	Valor (R\$)	Oport. e Conv.	Modalid.	Fund. Dispensa	Fund. Inexig.
	Comércio				aplica	Aplica
044/09	Luminus Comercial	102.811,90	Adequada	Devida	Não se aplica	Não se Aplica
032/09	Com. Agrícola Converd	191.000,00	Adequada	Devida	Não se aplica	Não se Aplica
Inexig.	CPFL (19397/DCVR)	200.000,00	Adequada	Não se aplica	Não se aplica	Adequada
Inexig.	CPFL (6911/DCVR)	75.000,00	Adequada	Não se aplica	Não se aplica	Adequada
Inexig.	CPFL (16178/DCVR)	180.000,00	Adequada	Não se aplica	Não se aplica	Adequada
Inexig.	CPFL (20939/DCVR)	400.000,00	Adequada	Não se aplica	Não se aplica	Adequada
Inexig.	CPFL (20940/DCVR)	650.000,00	Adequada	Não se aplica	Não se aplica	Adequada

As constatações mais relevantes referentes a Licitações e Contratos foram: (1) fuga ao processo licitatório para contratação de serviços de telefonia; (2) extrapolação do limite de 60 meses para a duração de contratos de prestação de serviços continuados; e (3) Incúria na avaliação da capacidade técnica de licitante - Não aplicação de multa contratual. Essas constatações indicam morosidade na regularização dos processos administrativos.

4.6 ITEM 06 - AVAL. DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

A Entidade é uma Sociedade de Economia Mista e não utiliza o SIAPE.

Tipologia	2007	2008	2009
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)	0	0	0
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)	626	596	565
Cargo de provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)	3	3	3
Requisitados com ônus para a UJ	1	1	0
Requisitados sem ônus para a UJ	1	0	0
Terceirizados - Conservação e Vigilância	530	567	589
Terceirizados - Apoio Administrativo	27	26	33
Terceirizados - Estagiários	68	94	109

A quantidade de funcionários contratados (celetistas) está abaixo do autorizado pelo DEST, 645. No final de 2009, a Entidade iniciou processo para realização de concurso público para recomposição do quadro de pessoal. Com relação à área de Recursos Humanos, as principais ocorrências dizem respeito a: (1) contratação no exercício

[Handwritten signature]

de funcionários sem a comprovação de atendimento aos requisitos do cargo a ser ocupado, em desacordo com o Acórdão TCU nº 1727/2008, Segunda Câmara; (2) manutenção de pessoas contratadas em desacordo com as determinações do TCU e com as recomendações da CGU; descumprimento do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta nº 024/2009 celebrado com o Ministério Público do Trabalho; e (3) pendência na demonstração da inexistência de falhas no sistema de cálculo do abono pecuniário no exercício de 2008.

4.7 ITEM 07 - AVAL. CUMPR. PELA UJ RECOM TCU/CI

De um modo geral, com exceção de questões relacionadas à ocupação de cargos de confiança, apesar do não cumprimento integral das determinações exaradas pelo Tribunal de Contas da União, a Entidade tem cumprido razoavelmente as determinações.

Com relação aos cargos de confiança, a Entidade demonstra há vários exercícios dificuldade na regularização de situações examinadas pelo TCU, conforme relatado anteriormente no tópico Gestão de Recursos Humanos.

Quanto ao atendimento às recomendações desta Controladoria, a Entidade propõe, por vezes, providências muito genéricas e que não resultam em controles efetivos. Isso tem o efeito de comprometer a efetividade e a tempestividade das providências no saneamento das falhas apontadas. As pendências mais relevantes dizem respeito a: (1) acúmulo de pendências no pagamento de tributos e contribuições de exercícios anteriores (R\$ 32,56 milhões); (2) falta de conclusão da atualização e conciliação de contas contábeis para cobrança de ressarcimentos do Governo do Estado quanto a dívidas trabalhistas (R\$ 35,7 milhões referentes a processos encerrados e processos com depósitos judiciais); (3) falta de conclusão de inventários de bens patrimoniais e apuração de responsabilidade por bens não localizados; (4) pendências com relação à ocupação de cargos de confiança já citadas anteriormente; e (5) fuga ao processo licitatório para contratação de serviços de telefonia fixa.

4.8 ITEM 08 - AVAL EXEC PROJ/PROG FINANÇ REC EXT

A Entidade não possui Projetos e Programas financiados com recursos externos.

4.9 ITEM 09 - AVAL GESTÃO PASSIVOS S/ PREV ORÇAM

No Relatório de Gestão, a Entidade reconheceu a existência de passivo por insuficiência de créditos ou recursos no valor de R\$ 32.561.041,00. O passivo teve origem, majoritariamente, pelo não pagamento de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) com a Prefeitura do Município de São Paulo, exercícios de 2000 a 2003 e 2005 a 2008, valor contabilizado de R\$ 24.047.122,00; e contribuições sociais (PIS/PASEP e COFINS) com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, exercícios de 2004, 2007 e 2008, valor contabilizado de R\$ 8.513.645. A Entidade está aguardando a possibilidade de parcelamento do passivo para regularização da situação.

4.10 ITEM 15 - AVAL. CRITÉRIOS CHAMAMENTO PÚBLICO

Com a finalidade de avaliar, quanto à objetividade, os critérios

Er
Mec

adotados para a aferição da qualificação técnica e capacidade operacional para o chamamento público de convenientes com entidades privadas sem fins lucrativos, conforme Art. 5º do Decreto 6.170/2007, foi examinado o único edital de chamamento público realizado, a seguir identificado:

REGIONAL
Fls. 2/43
Subr. 9
SAO PAULO

Transferência	Programa	Ação	Entidade	Valor da Transferência
Contrato nº 082/06 999 0802 21 100 01 01	Não há	Não há	Nossa Turma	R\$ 216.000,00

Verificou-se que a Unidade Jurisdicionada não utilizou totalmente critérios objetivos e compatíveis com as diretrizes e os objetivos dos respectivos programas no "Chamamento Público".

4.11 ITEM 16 - AVAL IRREG NÃO EXPURGO CPMF CONTRAT

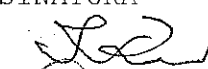
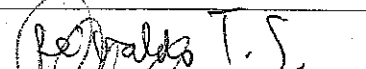
Em atendimento à determinação contida no item 1.5.3 do Acórdão TCU nº 2.862/2009 - Plenário, foram analisados 4 contratos e seus aditivos (no valor total de R\$ 14.969.651,57). Nos quatro processos analisados não houve previsão de pagamento da CPMF nas cláusulas contratuais, itens específicos da tabela de custos e/ou na composição do BDI. Nos aditivos contratuais verificou-se que não houve menções à CPMF (exclusão, inclusão ou alteração).

5. Entre as constatações identificadas pela equipe, não foi possível efetuar estimativa de ocorrência de dano ao erário.

III - CONCLUSÃO

Eventuais questões pontuais ou formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas por Nota de Auditoria e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

São Paulo , 17 de Agosto de 2010

NOME	CARGO	ASSINATURA
FLAVIO SCHNEIDER REIS	AFC	
REINALDO TIBECHRANI SALGADO	AFC	
SERGIO TAKAYUKI TAKIBAYASHI	AFC	